

Congresso decidirá sobre as dívidas estaduais

Chico Mendonça

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, afirmou no encerramento da reunião do Confaz, que reúne todos os secretários estaduais de Fazenda, que “vai caber ao Congresso paralisar obras e programas para atender a dívida dos estados”. Em seguida, ficou profundamente irritado após uma violenta discussão.

O motivo da indignação do ministro foi a manifestação do secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, que insinuou que o governo federal, ao negociar a dívida externa, tinha tratado mais do interesse dos banqueiros internacionais do que dos estados.

A discussão entre o secretário paulista e o ministro teve início quase no final da reunião, quando Machado pegou uma *carona* na pergunta do secretário do Ceará, Marcos Lima Mattos, que questionava a razão de o governo federal exigir o pagamento de 25% do total das dívidas externas dos estados neste ano.

Até este momento, o ministro explicava tranquilamente que a União não pode pagar mais do que está pagando pelos estados, porque esta já é uma parcela muito pesada. Diante da insistência dos secretários de que não têm como pagar os 25%, sob pena de comprometerem grande parte da arrecadação com ICM e dos benefícios conseguidos com a reforma tributária, Mailson argumentou que caberá ao Congresso Nacional decidir sobre o assunto.

Machado Campos Filho, diante da afirmação do ministro, partiu para o ataque, dizendo que a colocação de que o Congresso vai deliberar sobre a rolagem da dívida é falsa. “Esta é uma colocação falsa, porque os estados não têm como pagar e podem ir à moratória, assim como a União já fez com os seus credores. Teremos um confronto com o governo. O ministro tem consciência de que os



Mailson: melhor para o país

estados não têm como pagar”. Não contente com isso, fez a insinuação que indignou o ministro: “Nos acordos já feitos da dívida externa, o governo está atendendo mais aos interesses dos banqueiros do que dos estados”. O secretário lembrou ainda frases de Tancredo Neves, de que o país não pagaria a dívida com o sacrifício dos brasileiros.

Em meio à discussão e ao “deixar disso” dos outros secretários, o ministro da Fazenda reagiu: “Não vou responder. Não estou num palanque — referindo-se ao tom eleitoral do discurso de Machado —, mas não aceito a colocação implícita de que o governo negociou mal sua dívida externa”. O secretário paulista, querendo contornar a situação, disse que o ministro não havia entendido bem suas colocações. Mailson não perdeu: “Entendi e não aceito a acusação de que a negociação foi feita em detrimento dos interesses do país. Não foi”.

Visivelmente irritado, o ministro afirmou, ainda, que estranhava muito São Paulo estar fazendo este tipo de acusação, já que era um dos mais beneficiados com os acordos de negociação da dívida. Citou como exemplo um empréstimo de US\$ 500 milhões que está sendo negociado com o Fundo Nakasone, para a construção de uma hidrelétrica. “O governo paulista ficou pressionando para entrar na lista do empréstimo, mas deveria saber que esse só viria depois do acerto com o Fundo”.

O ministro da Fazenda aproveitou ainda a ocasião para dizer que, já que o acordo com o FMI e os bancos credores havia sido colocado em xeque, queria lembrar que em nenhum momento o governo brasileiro havia afirmado que a negociação feita era solução para a dívida. E emendou: “Foi o passo necessário para tirar o país da situação esdrúxula em que foi colocado, de ser o único da América Latina a não ter financiamento de órgãos oficiais, comparando-se com Peru e Nicarágua”. No final da reunião, às 15h, Machado de Campos Filho aproximou-se do ministro e tentou se desculpar. E ouviu, secamente: “Estou trabalhando pelo país e não por outros interesses”.

☐ O deputado César Maia (PDT-RJ) propôs em emenda apresentada ontem à Comissão Mista de Orçamento e Finanças um corte de 14,6% no projeto de Orçamento Geral da União, encaminhado pelo presidente José Sarney ao Congresso Nacional. Do total de Cz\$ 10,05 trilhões, o deputado sugere o corte de Cz\$ 1,47 trilhão, o que corresponde a US\$ 8,26 bilhões ou ainda a 2,7% do PIB. Entre as rubricas sacrificadas estão os Cz\$ 14,2 bilhões alocados para a Ferrovia Norte-Sul e vários programas de assistência social da Presidência da República.